

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

C.B.S. MÉDICO CIENTÍFICA S/A

CNPJ/MF 48.791.685/0001-68
NIRE 3530048101-1

DATA, HORA E LOCAL DA ASSEMBLEIA: Aos 30 (trinta) dias do mês de agosto do ano de 2017, às 17h00 (dezessete) horas, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo na Rua Palmorino Mônaco, nº 630, CEP: 03043-000.

COMPARECIMENTO: Presença de todos os acionistas (Odair dos Santos, Clere Bizaroli dos Santos, Dário dos Santos, Charmian Santos).

CONVOCAÇÃO: Dispensada em razão da presença de todos os acionistas que representam a totalidade do capital social, nos termos do art. 124, § 4º da Lei n.º 6.404/76 e § 2º do artigo 11 do Estatuto Social.

MESA: Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Odair dos Santos e secretariados pela Sra. Charmian Santos.



ORDEM DO DIA: (i) deliberar sobre a incorporação da CBS HOSPITALAR LTDA.; (ii) aprovar o protocolo de justificação de incorporação; (iii) ratificação e aprovação da contratação e do laudo técnico emitido para avaliação do acervo líquido da incorporada; (iv) aprovação de constituição de filial da Companhia em razão da incorporação; (v) aprovação do aumento de capital da Companhia em razão da incorporação; (vi) consolidação do Estatuto Social da Companhia; (vii) outros assuntos de interesse da Companhia.



JUCEMG
08 10 17

DELIBERAÇÕES: Instalada a reunião e procedida a leitura da ordem do dia, dando início a sua discussão, a Secretária esclareceu que a publicação da ata desta assembleia será realizada de forma sumarizada, contendo apenas transcrições das deliberações, conforme faculta o parágrafo 1º do artigo 130 da Lei 6430/76. Por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, deliberou-se:

- (i) A aprovação do Protocolo e Justificação de Incorporação da Incorporada CBS HOSPITALAR LTDA., sociedade empresária limitada com sede em Itapeva, Estado de Minas Gerais na Rodovia Fernão Dias BR 381, Km 926, Indústrias Antonio Conrado Oliveira 90, CEP: 37655-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.000.574/0001-86, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais Nire nº 31.208.528.089, doravante denominada "Incorporada", o qual passa a fazer parte integrante da presente Ata na forma de Anexo (Protocolo de Incorporação).
- (ii) A ratificação da nomeação e contratação da empresa especializada que realizou a avaliação do acervo líquido da Incorporada, bem como aprovar o Laudo de Avaliação elaborado com base no artigo 8º da Lei 6404/76 que também passa a fazer parte integrante da presente Ata na forma de Anexo (Laudo de Avaliação).
- (iii) A aprovação da incorporação da Incorporada pela Companhia, nos termos e condições estabelecidos no Protocolo de Incorporação ora aprovado nesta assembleia, passando a pertencer a Companhia todas as instalações físicas e comerciais da Incorporada, seus ativos, passivos, registros e contratos de fornecimento, transformando o atual estabelecimento matriz em filial da Companhia.
- (iv) Em razão da incorporação, o atual estabelecimento matriz da Incorporada passará a ser uma filial da Companhia. Desta forma, delibera-se a constituição de uma filial, com capital social destacado para meros fins fiscais de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), exercendo o mesmo objeto social da matriz, com sede em Itapeva, Estado de Minas Gerais na Rodovia Fernão Dias BR 381, Km 926, Indústrias Antonio Conrado Oliveira 90, Bairro Industrial, CEP: 37655-000.
- (v) Após a incorporação da Incorporada, aprovou-se o aumento de capital social da Companhia dos atuais R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) para R\$ 7.200.000,00 (sete milhões e duzentos mil reais), mediante a emissão de 6.400.000 (seis milhões e quatrocentas mil) ações ordinárias, nominativas sem valor nominal, as quais serão totalmente integralizadas mediante a versão do acervo líquido da Incorporada para a

 
2



Companhia, conforme Boletim de Subscrição o qual passa a fazer parte integrante da presente Ata na forma de Anexo (Boletim de Subscrição) e com a consequente alteração do artigo 5º do Estatuto da Companhia, que passa a vigorar com a redação constante no Estatuto Social ora consolidado em anexo;

- (vi) A autorização para a Diretoria de adotar todas as medidas necessárias à consecução das deliberações aprovadas nesta assembleia, em especial para formalizar a emissão das novas ações, registros necessários nos livros acionários da Companhia e àquelas necessárias à transferência de todos os bens, direitos e obrigações da Incorporada para a Companhia em virtude da incorporação.
- (vii) Em razão de todas as deliberações ora aludidas, aprovam a consolidação do Estatuto Social da Companhia, que também passa a fazer parte integrante da presente Ata na forma de Anexo (Estatuto Social Consolidado).

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, a sessão foi suspensa pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata que, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes.

São Paulo, 30 de agosto de 2017.

Odaír dos Santos - Presidente e Charmian Santos – Secretária.

Confere com original lavrada em livro próprio.



ODAÍR DOS SANTOS
Presidente



CHARMIAN SANTOS
Secretária





JUCESP
05 10 17

Acionistas :

 _____ ODAIR DOS SANTOS	 _____ CLERE BIZAROLI DOS SANTOS
 _____ DARIO DOS SANTOS	 _____ CHARMIAN SANTOS



ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO

C.B.S. MÉDICO CIENTÍFICA S/A

CNPJ/MF 48.791.685/0001-68

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO SOCIAL, SEDE E PRAZO DE DURAÇÃO

Art. 1º A C.B.S. MÉDICO CIENTÍFICA S/A (doravante “Companhia”) é uma sociedade constituída sob a forma de Sociedade por Ações de capital fechado e que será regida pelo presente Estatuto e as disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Art. 2º A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo na Rua Palmorino Mônaco, nº 630, CEP: 03043-000, Brás, podendo a critério da Assembleia Geral e respeitadas as prescrições legais, abrir, instalar ou encerrar filiais, no país ou no exterior e depósitos, com o objetivo de desenvolver suas atividades na forma e limites aqui definidos.

Parágrafo Único: A Companhia possui estabelecimento filial, exercendo as mesmas atividades da matriz, com capital social destacado para meros fins fiscais de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), situado em Itapeva, Estado de Minas Gerais na Rodovia Fernão Dias BR 381, Km 926, Indústrias Antonio Conrado Oliveira 90, Bairro Industrial, CEP: 37655-000.

Art. 3º A Companhia tem por objeto social o Comércio Atacadista, Importação, Exportação e Representação de Produtos para uso Hospitalar, Médico, Científicos, Odontológicos, Medicamentos, Saneantes, de Higiene Pessoal, Limpeza e para Laboratórios de Análises Clínicas, Banco de Sangue e Hemodiálise.

Parágrafo Único: A Companhia poderá dedicar-se a todas as atividades que, direta ou indiretamente, se relacionem com seu objeto social e que sejam convenientes aos interesses sociais.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6544292 em 14/03/2018 da Empresa C B S HOSPITALAR LTDA, Nire 31208528089 e protocolo 175002592 - 25/10/2017. Autenticação: 4ABD136D4CD4A85E83CC0F9C7EF9E2417A028. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 17/500.259-2 e o código de segurança d0Oe Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 15/03/2018 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

Art. 4º A Companhia vigorará por prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II

CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Art. 5º O capital social totalmente subscrito é de 7.200.000,00 (sete milhões e duzentos mil reais), dividido em 7.200.000 (sete milhões e duzentas mil) Ações Ordinárias Nominativas, sem valor nominal.

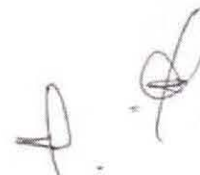
Art. 6º As Ações são indivisíveis perante a Companhia que reconhece apenas 1 (um) titular para cada uma delas, aplicando-se, quanto aos casos em que a ação pertencer a mais de uma pessoa, as disposições do Parágrafo Único do artigo 28 da Lei nº. 6.404/76.

Art. 7º Observadas às condições previstas neste Estatuto Social e na legislação aplicável, cada ação ordinária dá direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Art. 8º A Assembleia Geral que autorizar o aumento de capital social, mediante a subscrição de novas ações, disporá acerca das determinações a serem observadas quanto ao preço e prazo de subscrição.

Art. 9º A Companhia poderá adquirir, utilizando saldos de lucros ou reservas disponíveis, suas próprias Ações para permanência em tesouraria sem que isso implique na diminuição do capital subscrito, visando à sua posterior alienação ou cancelamento, observadas as disposições legais aplicáveis.

Parágrafo Único: As Ações mantidas em tesouraria não terão direito a voto, nem a dividendos ou bonificações, até sua recolocação em circulação.



CAPÍTULO III ASSEMBLEIAS GERAIS

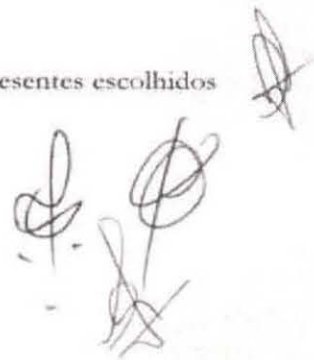
Art. 10 A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia, e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento. Todas e quaisquer deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por voto afirmativo de acionistas representado a maioria do capital social votante da Sociedade, salvo nos casos em que a lei e o Estatuto Social estabelecerem quorum diferenciado para a deliberação.

Art. 11 As Assembleias Gerais serão realizadas na sede social da Companhia, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social, cabendo-lhe decidir sobre as matérias de sua competência previstas em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem o pronunciamento dos acionistas, bem como nos casos previstos em lei e neste Estatuto Social.

§ 1º As Assembleias Gerais serão convocadas pelos acionistas, através de notificação ou aviso com confirmação de leitura, que deverão, necessariamente, conter a pauta dos assuntos a serem discutidos, ainda que de forma resumida. As notificações pessoais serão efetuadas por meio de telegrama, carta registrada ou mensagem eletrônica (e-mail) com confirmação de recebimento, com pelo menos 8 (oito) dias de antecedência da realização da Assembleia.

§ 2º Não obstante as disposições do § 1º acima, serão consideradas como tendo sido devidamente convocadas as Assembleias Gerais a que compareçam todos os acionistas da Companhia.

§ 3º As Assembleias Gerais serão presididas por quaisquer dos Acionistas presentes escolhidos por aclamação. Caberá ao Presidente da Assembleia indicar o Secretário.



JUCEMG
05.10.17

CAPÍTULO IV DIRETORIA

Art. 12 A Companhia será administrada por uma Diretoria composta de 4 (quatro) Diretores, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Vice-Presidente e 2 (dois) Diretores sem designação específica, acionistas ou não, residentes no país, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos.

Art. 13 Os Diretores permanecerão em seus cargos até a posse dos novos Diretores regularmente eleitos ou até que venham ser destituídos por assembleia geral dos acionistas que representarem maioria no capital social.

Art. 14 A investidura far-se-á por termo no Livro de Registro de Atas das Reuniões da Diretoria.

Art. 15 Compete à Diretoria exercer as atribuições que a lei e o Estatuto Social lhe conferirem para a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia.

Parágrafo Único: Os documentos que importarem responsabilidade comercial, bancária, financeira ou patrimonial para a Companhia, tais como, mas não limitados a contratos em geral, emissão ou endosso de cheques, notas promissórias, letras de câmbio, duplicatas e quaisquer outros títulos de créditos, confissões de dívidas, contratos de abertura de crédito e quaisquer outros atos que criarem responsabilidade para a Companhia, ou dispensarem obrigações de terceiros para com ela, serão válidos se contar com as assinaturas conjunta de pelo menos dois Diretores sendo um deles o Diretor Presidente ou o Diretor Vice Presidente.

Art. 16 A outorga das procurações em nome da Companhia somente será válida se for observada a regra de representação da Companhia prevista no Parágrafo Único do Artigo 15 do Estatuto Social.

Parágrafo Único: As procurações deverão especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, deverão ter prazo de validade limitado de até 1 (um) ano.



Art. 17 A Companhia poderá ser representada isoladamente pelos Diretores, nos casos de participações em licitações ou concorrências, recebimento de citações, intimações ou notificações judiciais e extrajudiciais e na prestação de depoimento pessoal bem como na obtenção de certificados digitais e assuntos corriqueiros tais como recebimento e envio de correspondências e outros que não impliquem em assunção de responsabilidades materiais pela Companhia.

Art. 18 São expressamente vedados, sendo nulos de pleno direito e inoperantes com relação à Companhia, os atos dos Diretores, procuradores ou funcionários que a envolverem em obrigações relativas a operações ou negócios estranhos aos determinados pelo objeto social ou que não tenham sido especificados nos mandatos conferidos, tais como, mas não limitados, fianças, avais ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros.

Parágrafo Único: Sempre que ocorrer violação ao disposto no *caput* deste artigo, os atos praticados serão nulos de pleno direito em relação à Companhia, acarretando, também, a responsabilidade solidária dos diretores e/ou procuradores envolvidos.

CAPÍTULO V CONSELHO FISCAL

Art. 19 A Companhia poderá instituir um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente, composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição, sendo seus membros eleitos pela Assembleia Geral e sua instalação far-se-á por deliberação desse órgão a pedido de acionistas, nos casos previstos pela legislação aplicável em vigor.

CAPÍTULO VI EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESULTADOS

Art. 20 O exercício social terá a duração de 1 (um) ano, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.



PROCEBAP
08.10.17

Art. 21 Ao fim de cada exercício social serão elaboradas, com base na escrituração mercantil da Companhia, as demonstrações financeiras previstas em lei.

Art. 22 A Diretoria poderá determinar o levantamento de balanço semestral ou em períodos menores e os Acionistas, em Assembleia Geral, deliberarão sobre a destinação dos resultados, distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre capital próprio com base nos lucros apurados nesses balanços, respeitado o disposto no art. 204 da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo Único: A qualquer tempo, os Acionistas em Assembleia Geral, também, poderão deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários, existentes na conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

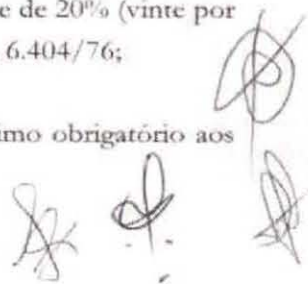
Art. 23 A Assembleia poderá fixar o montante dos juros a serem pagos ou creditados aos Acionistas, a título de juros sobre o capital próprio, respeitado o disposto na legislação aplicável.

Art. 24 Os dividendos intermediários e os juros sobre o capital próprio serão sempre considerados como antecipação do dividendo mínimo obrigatório.

Art. 25 Do resultado do exercício ou dos balanços intermediários previstos no Artigo 22 deste Estatuto serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda.

Art. 26 Do lucro líquido do exercício ou dos balanços intermediários previstos no Artigo 22 deste Estatuto, apurado após os ajustes mencionados no Artigo 25, acima, serão deduzidos sucessivamente e na seguinte ordem:

- a) 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social ou o limite previsto no art. 193, § 1º, da Lei nº. 6.404/76;
- b) 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas, calculado na forma da lei; e



c) o saldo que resultar terá o destino que lhe for dado pelos Acionistas em Assembleia Geral, após ouvida a Diretoria da Companhia.

Art. 27 O dividendo deverá ser pago, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, no prazo de até 60 (sessenta) dias da data em que for declarado e, em qualquer caso, dentro do mesmo exercício social.

CAPÍTULO VII

CESSÃO DE AÇÕES E DIREITO DE PREFERÊNCIA

Art. 28 Nenhum dos Acionistas poderá, a qualquer título, alienar ou de qualquer outra forma transferir direta ou indiretamente suas Ações ou direitos de preferência para a subscrição de novas Ações ou qualquer outro valor mobiliário conversível em Ações, no todo ou em parte, exceto conforme previsto neste Capítulo VII.

Art. 29 Se qualquer dos Acionistas ("Acionista Ofertante") desejar alienar ou de qualquer outra forma transferir direta ou indiretamente suas Ações, no todo ou em parte a terceiros, o Acionista Ofertante deverá, primeiro, ofertá-las aos outros Acionistas ("Acionistas Ofertados"), que terão o direito de preferência para adquiri-las nos mesmos termos e condições da oferta feita por referido terceiro ("Potencial Comprador"). Essa oferta deverá ser efetivada através de uma notificação por escrito do Acionista Ofertante, a ser entregue aos Acionistas Ofertados, contendo o número de Ações Ofertadas, o preço a ser pago por Ação, o prazo e forma de pagamento, garantias a serem prestadas, outras condições da venda ou da transferência proposta e o nome e identificação completos do Potencial Comprador, bem como declaração de que a oferta apresentada por parte do Potencial Comprador é firme, por escrito e de boa fé ("Termos da Oferta").

§ 1º Durante os 30 (trinta) dias seguintes ao recebimento da notificação referida no *caput* deste Artigo, os Acionistas Ofertados deverão informar por escrito ao Acionista Ofertante se exercerão ou não o seu direito de preferência para a aquisição das Ações Ofertadas. Uma vez exercida a preferência com relação a todas as Ações Ofertadas, essas Ações Ofertadas deverão ser adquiridas de acordo com os Termos da Oferta, em não mais do que 10 (dez) dias da data do



recebimento pelo Acionista Ofertante da notificação do exercício do direito de preferência por parte dos Acionistas Ofertados.

§ 2º Se os Acionistas Ofertados deixarem de notificar o Acionista Ofertante dentro do prazo estabelecido no Parágrafo Primeiro acima ou comunicar que não exercerão o seu direito de preferência ou se não adquiri-las no prazo de 10 (dez) dias conforme o Parágrafo Primeiro, o Acionista Ofertante estará livre para alienar todas as Ações Ofertadas ao Potencial Comprador durante os 60 (sessenta) dias subsequentes, desde que dê cumprimento ao estabelecido no Artigo 31, nos exatos Termos da Oferta. O direito de preferência exercido em relação a apenas uma parte das Ações Ofertadas não será válido.

§ 3º Após o período de 60 (sessenta) dias referido no Parágrafo Segundo acima ter transcorrido sem que tenha ocorrido a venda, caso o Acionista Ofertante deseje novamente alienar ou de qualquer outra forma transferir direta ou indiretamente suas Ações, deverá reiniciar o procedimento aqui estabelecido.

Art. 30 As mesmas regras estabelecidas acima, aplicam-se à cessão, direta ou indireta, por qualquer dos Acionistas, de seu direito de preferência para a subscrição de novas Ações ou valores mobiliários conversíveis em Ações ou permutáveis por Ações. Os prazos para o exercício do direito de preferência em relação à cessão do direito de preferência na emissão dessas novas Ações e valores mobiliários são os seguintes: (a) 10 (dez) dias da aprovação do aumento de capital para o recebimento, pelos Acionistas Ofertados, da notificação do Acionista Ofertante, contendo os Termos da Oferta; (b) 10 (dez) dias para o exercício do direito de preferência pelos Acionistas Ofertados; (c) 05 (cinco) dias para a aquisição de todos os direitos de subscrição oferecidos.

Art. 31 A transferência ou cessão de Ações ou direitos de preferência para a subscrição de novas Ações ou valores mobiliários conversíveis em Ações da Sociedade para um terceiro ou para uma Afiliada, será válida e eficaz somente se o cessionário aderir, por escrito, e sem quaisquer restrições, aos termos e condições previstas neste Estatuto Social.



CAPÍTULO VIII DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 32 A Companhia entrará em dissolução, liquidação e extinção nos casos previstos em lei ou em virtude de deliberação da Assembleia Geral.

Art. 33 Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir dúvidas e controvérsias oriundas deste Estatuto Social.

Art. 34 Os casos omissos serão resolvidos de conformidade com a Lei. 6.404 de 15 de dezembro de 1976, com as modificações das Leis posteriores e demais legislações em vigor.

São Paulo, 30 de agosto de 2017.

<as assinaturas constam na Ata de Assembleia Geral Extraordinária que aprovou a consolidação do presente Estatuto>



BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO

Após a aprovação da Incorporação, deliberada nos termos da Ata de Assembleia Geral Extraordinária, celebrada em 30 de agosto de 2017, o capital social da companhia é de R\$ 7.200.000,00 (sete milhões e duzentos mil reais), dividido em 7.200.000 (sete milhões e duzentas mil) Ações Ordinárias Nominativas, sem valor nominal, distribuídas da seguinte forma:

Acionista	Número Ações Subscritas na Incorporação	Número Total de Ações Subscritas	Espécie	Valor Total Subscrito (em R\$)	Importância Realizada (em R\$)
Odaír dos Santos	1.600.000	1.800.000	ON	1.800.000,00	1.800.000,00
Clére Bizaroli dos Santos	1.600.000	1.800.000	ON	1.800.000,00	1.800.000,00
Dário dos Santos	1.600.000	1.800.000	ON	1.800.000,00	1.800.000,00
Charmian Santos	1.600.000	1.800.000	ON	1.800.000,00	1.800.000,00

São Paulo, 30 de agosto de 2017.

<as assinaturas constam na Ata de Assembleia Geral Extraordinária que aprovou o respectivo Boletim de Subscrição>



ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

C.B.S. MÉDICO CIENTÍFICA S/A

CNPJ/MF 48.791.685/0001-68
NIRE 3530048101-1

DATA, HORA E LOCAL DA ASSEMBLEIA: No dia 12 de abril do ano de 2018, às 17h00 (dezessete) horas, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo na Rua Palmorino Mônaco, nº 630, CEP: 03043-000.

COMPARECIMENTO: Presença de todos os acionistas (Odair dos Santos, Clére Bizaroli dos Santos e Dário dos Santos).

CONVOCAÇÃO: Dispensada em razão da presença de todos os acionistas que representam a totalidade do capital social, nos termos do art. 124, § 4º da Lei n.º 6.404/76 e § 2º do artigo 11 do Estatuto Social.

MESA: Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Odair dos Santos e secretariados pela Sra. Clére Bizaroli dos Santos.

ORDEM DO DIA: Em caráter ordinário: (i) leitura, discussão e votação da prestação de contas da Diretoria, do balanço patrimonial, demonstração de resultados do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 e destinação dos resultados; (ii) outros assuntos de interesse da Companhia. Em caráter extraordinário: (i) formalização do pedido de renúncia de Diretora e nomeação/posse de nova Diretora; (ii) eleição da nova Diretoria; (iii) outros assuntos de interessa da Companhia.

DELIBERAÇÕES EM CARÁTER ORDINÁRIO:

- (i) Aprovadas por unanimidade as demonstrações contábeis da Companhia encerradas em 31/12/2017, as quais foram publicadas em 04 de abril de 2018



de forma sumarizada, no Jornal o Dia SP e no Diário Oficial do Estado de São Paulo. Do resultado total, 5% (cinco por cento) serão destinados a constituição de reserva legal, R\$ 38.592.008,29 (trinta e oito milhões, quinhentos e noventa e dois mil, oito reais e vinte e nove centavos) foram distribuídos aos acionistas no transcorrer do exercício de acordo com sua participação e número de ações detidas e o saldo será mantido como constituição de reservas para que a Companhia mantenha sua integridade financeira e patrimonial.

- (ii) Deliberou-se ainda que a Companhia permanecerá com o pagamento de juros sobre capital próprio, com base no valor atualizado de seu patrimônio líquido, aplicando a taxa de TJLP (taxa de juros de longo prazo).
- (iii) Nada mais havendo a tratar em caráter ordinário, a sessão foi suspensa para que fossem deliberadas as questões em rito extraordinário.

DELIBERAÇÕES EM CARÁTER EXTRAORDINÁRIO:

- (i) Consigna-se na presente ata o pedido de renúncia da Diretora Vice-Presidente Sra. CHARMILAN SANTOS, apresentado aos acionistas em 01 de fevereiro de 2018. Ato contínuo foi aprovado por unanimidade a nomeação da Sra. CLIERE BIZAROLI DOS SANTOS, brasileira, empresária, casada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 7.675.984-SSP-SP e do CPF (MF) nº 012.187.548-26, residente e domiciliada em São Paulo, Estado de São Paulo na Rua Thomaz Carvalhal, 598, apto. 141, Paraíso, CEP: 04006-001 como Diretora Vice-Presidente da Companhia, tomando posse na presente data, dispensada a assinatura do termo de posse lavrado em livro próprio.
- (ii) Com a renúncia ora apresentada e recomposição do cargo de Diretora Vice-Presidente, delibera-se que um cargo de Diretor sem designação específica ficará vago até que novo membro venha ser novamente nomeado pelos acionistas.
- (iii) Diante da necessidade de eleição de nova Diretoria que deveria ocorrer no próximo mês de junho deste ano, os acionistas deliberaram antecipar a indicação de diretores para exercício do próximo mandato, reelegendo: (a) **ODAIR DOS SANTOS**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 7.354.354-SSP/SP, inscrito no

TABELAÇÃO DE NOTAS
RUA REBECA DE ALMEIDA, 133 - SÃO PAULO
ODAIR DOS SANTOS
AUT. ÚNICO APRESENTE CÓPIA REPRODUZIDA
EXTRAÍDA POR PARTE CONFORME ORIGINAL
A MIM APRESENTADO EM 02/03/2020 - SSP/SP

S.P. 30 MAR. 2020

RAFAEL STEFANO
ESCRIVENTE



CPF/MF sob o nº 026.330.198-20, residente e domiciliado na Rua Thomaz Carvalho, 598, apto. 141, Paraíso, São Paulo, SP, CEP 04006-001 na qualidade de Diretor Presidente; (b) **CLÉRE BIZAROLI DOS SANTOS**, brasileira, casada, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 7.675.984 – SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 012.187.548-26, residente e domiciliada na Rua Thomaz Carvalho, 598, apto. 141, Paraíso, São Paulo, SP, CEP 04006-001, na qualidade de Diretora Vice-Presidente; (c) **DÁRIO DOS SANTOS**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 22.250.964-8 – SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 163.687.288-33, residente e domiciliado na Rua Thomaz Carvalho, 880, apto. 91, Paraíso, São Paulo, SP, CEP 04006-003, na qualidade de Diretor sem designação específica. Um dos cargos de Diretor sem designação específica ficará vago até que novo membro venha ser novamente nomeado pelos acionistas. Todos os Diretores eleitos declararam, para os devidos fins, nos termos do disposto no art. 147, § 1º da Lei 6.404/76, que não estão incurso em nenhum crime que as impeça de exercer atividade mercantil, tomando posse nesta data e dispensada maiores formalidades, com mandato de 3 (três) anos estendidos até a assembleia geral ordinária de 2022 que aprovar as contas da administração referente ao exercício de 2021.

- (iv) Nada mais havendo a tratar, a sessão foi suspensa pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata que, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes.

São Paulo, 12 de abril de 2018.

Confere com original lavrada em livro próprio.



ODAÍR DOS SANTOS
Presidente



CLÉRE BIZAROLI DOS SANTOS
Secretária

< as assinaturas continuam na folha seguinte >



RAFAEL STEFANO ARAUJO FRANÇA
ESCREVENTE AUTORIZADO
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICAÇÃO



<continuidade da folha de assinaturas da Assembleia Geral Ordinária
e Extraordinária da CBS Médico Científica S/A>

Acionistas:


ODAIR DOS SANTOS


CLERE BIZAROLI DOS SANTOS


DARIO DOS SANTOS



RAFAEL STEFANO ARAUJO FRANÇA
ESCREVENTE AUTORIZADO
Pelo Conselho de Notários do Estado de São Paulo



ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

C.B.S. MÉDICO CIENTÍFICA S/A

CNPJ/MF 48.791.685/0001-68
NIRE 35.30048101-1

DATA, HORA E LOCAL DA ASSEMBLEIA: No dia 13 de novembro do ano de 2019, às 18h00 (dezoito) horas, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo na Rua Palmorino Mônaco, nº 630, CEP: 03043-000 (sede da Companhia)

COMPARECIMENTO: Presença de todos os acionistas (Odair dos Santos, Clére Bizaroli dos Santos e Dário dos Santos).

CONVOCAÇÃO: Dispensada em razão da presença de todos os acionistas que representam a totalidade do capital social, nos termos do art. 124, § 4º da Lei n.º 6.404/76 e § 2º do artigo 11 do Estatuto Social.

MESA: Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Odair dos Santos e secreturiados pela Sra. Clére Bizaroli dos Santos.

ORDEM DO DIA: (i) ampliação e alteração do objeto social; (ii) outros assuntos de interesse da Companhia.

DELIBERAÇÕES:

- (i) Ampliação e alteração do objeto social da Companhia, para inclusão das atividades de locação de equipamentos médicos, científicos, hospitalares e laboratoriais. Desta forma, o artigo 3º do Estatuto Social passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º A Companhia tem por objeto social:

TABELÃO DE NOTAS
RUA REGO FREITAS, 133 - SÃO PAULO
AUTENTICO A PRESENTE COPIA REPROGRAFICA
EXTRAIDA PELA PARTE COMEÇANDO ORIGINAL
A MIM APRESENTADO DO QUE DEU FE

S.P.

30 MAR. 2020

3.70
AUT.



[Handwritten signatures and stamps]

JUCESP
11 12 19

- Comércio Atacadista, Importação, Exportação e Representação de Produtos para uso Hospitalar, Médico, Científicos, Odontológicos, Medicamentos, Saneantes, de Higiene Pessoal, Limpeza e para Laboratórios de Análises Clínicas, Banco de Sangue e Hemodiálise.

- Locação de equipamentos médicos, científicos, hospitalares e laboratoriais

Parágrafo Único: A Companhia poderá dedicar-se a todas as atividades que, direta ou indiretamente, se relacionem com seu objeto social e que sejam convenientes aos interesses sociais.

(ii) Nada mais havendo a tratar, a sessão foi suspensa pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata que, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes.

São Paulo, 13 de dezembro de 2019.

16 RCPN
04 DEZ 2019
MOCCA-SÃO PAULO

[Assinatura]
ODAIR DOS SANTOS
Presidente

16 RCPN
04 DEZ 2019
MOCCA-SÃO PAULO

[Assinatura]
CIERE BIZAROLI DOS SANTOS
Secretária

16 RCPN
04 DEZ 2019
MOCCA-SÃO PAULO

[Assinatura]
ODAIR DOS SANTOS

16 RCPN
04 DEZ 2019
MOCCA-SÃO PAULO

[Assinatura]
CIERE BIZAROLI DOS SANTOS

16 RCPN
04 DEZ 2019
MOCCA-SÃO PAULO

[Assinatura]
DARIO DOS SANTOS

JUCESP
11 DEZ 2019
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONOMICO - JUCESP

JUCESP

LIÇÃO DE NOTAS
RUA REGO FREITAS, 133 - SÃO PAULO
AUTENTICO A PRESENTE COPIA REPRODUZIDA
EXTRAIDA PELA PARTE CONFORME ORIGINAL
A MIM APRESENTADA DO QUAL DOUFE

30 MAR 2020
S.P.
Rafael Stefano
Escritório
112722
1054AS0673097

ivili das Pesos
Naturais do 16º Sub

2.828/19-5
SECRETARIA GERAL
SECRETARIA GERAL